



Excelentíssimo Senhor Presidente
da Comissão de Orçamento e Finanças
Deputado Filipe Neto Brandão

Assunto: Requerimento para audição do Presidente do Novo Banco

No dia 28 de julho, foi noticiado pelo jornal Público que o “Novo Banco vendeu 13 mil imóveis a fundo anónimo, deu crédito e recebeu compensação estatal pelas perdas”.

É de interesse público ver esclarecidas várias questões relativas à venda de mais de 5 mil imóveis e 8 mil frações do Novo Banco ao fundo Anchorage, em 2018, com prejuízo compensado pelo Fundo de Resolução que, como se sabe, foi fortemente financiado pelos contribuintes.

Em primeiro lugar importa saber se existe qualquer relação do acionista Lone Star com o Fundo Anchorage (Cayman), o que seria uma quebra das disposições do contrato de venda do banco e do acordo de capital contingente celebrado com o Estado em 2017. Em segundo lugar, seria bom que se tornassem públicos mais detalhes do processo de licitação que conduziu ao preço de venda, tendo em conta a discrepância entre os valores de balanço, os valores de mercado e os valores de transação deste portfolio de imóveis designado ‘Viriato’. Em terceiro lugar, seria relevante também saber mais sobre o financiamento que o próprio Novo Banco concedeu ao comprador para que a operação se realizasse. Embora possa constituir uma prática legal, seria útil ter mais informações, tais como a percentagem da transação que foi financiada, a publicidade feita a essa faculdade e o número de ofertas recebidas.

Por fim, importa saber como está a ser fiscalizado este processo do Novo Banco, nomeadamente através da Comissão de Acompanhamento, do Agente de Verificação e do Departamento de Resolução do Banco de Portugal. Cabe à Assembleia da República escrutinar ao máximo a utilização de dinheiro dos contribuintes e, neste caso, perceber se

este negócio, onde o Fundo de Resolução fortemente financiado pelos contribuintes cobriu o prejuízo em 260 milhões, lesa o interesse público ou não.

Nestes termos, o Deputado Único Representante da Iniciativa Liberal requer, nos termos regimentais aplicáveis, que a Comissão de Orçamento e Finanças promova a audição de António Ramalho, Presidente do Novo Banco.

Palácio de São Bento, 28 de julho de 2020

O Deputado
João Cotrim Figueiredo